

Senado proíbe o porte de armas e marca referendo

- Projeto que vai ao exame da Câmara dos Deputados permite a posse de arma de fogo em domicílio por cidadãos comuns, depois de atendidas várias exigências



Fotos: José Cruz

O Plenário aprovou ontem projeto que proíbe o porte de armas em todo o país, exceto para militares, policiais e funcionários de empresas de segurança. A proposta determina a realização, em 2005, de um referendo que decidirá sobre a proibição total da compra e venda de armas de fogo e munição, excetuando-se os órgãos de segurança.

Páginas 3 a 6

CPI admite perícia em documentos de Franco

Os documentos apresentados pelo ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco em depoimento à CPI do Banestado, na última terça-feira, poderão ser periciados. A comissão quer saber se são legítimos os documentos utilizados para comprovar que a decisão, tomada em 1996, de permitir depósitos em espécie até R\$100 mil em Foz do Iguaçu tinha aval da diretoria do Banco Central. Os senadores e deputados vão requerer os textos originais ao BC. A CPI decidiu solicitar os documentos investigados pelas comissões parlamentares de inquérito do Sistema Financeiro (1999), do Futebol (2000) e do Narcotráfico (2001). A intenção é obter informações sobre lavagem de dinheiro. Também serão solicitados documentos à CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que investiga corrupção envolvendo fiscais da receita estadual.

Relatado por César Borges (foto menor ao alto), o Estatuto do Desarmamento aprovado em Plenário resultou de consenso na comissão criada pelos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha, e do Senado, José Sarney (na foto menor com Tião Viana)



Aprovado auxílio para quem deixar hospícios

Foi aprovado ontem pelo Senado o projeto que cria o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes com transtornos mentais que tiverem alta de hospitais ou clínicas psiquiátricas. A idéia é permitir que o doente seja reintegrado à família e à sociedade, recebendo ao mesmo tempo acompanhamento médico e psicológico. O projeto foi enviado à sanção do presidente da República.

Página 6

Autorizado crédito para Ceará e Bahia

O Senado Federal aprovou ontem autorização para que os estados do Ceará e da Bahia contratem operações de crédito para finalizar o saneamento financeiro do Banco do Estado do Ceará (BEC) e para financiar, parcialmente, a primeira fase do Projeto de Reorganização do Sistema Estadual de Saúde do Estado da Bahia. Para o Ceará, foi aprovado um total de R\$ 954,224 milhões. O estado da Bahia fica autorizado a contratar operação de crédito, com garantia do governo brasileiro, no valor de US\$ 30 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O contrato prevê prazo de 174 meses para quitação do empréstimo.

Senado aprova acordos internacionais

O Plenário aprovou ontem quatro protocolos de acordos internacionais. Os dois principais referem-se a relações entre os países do Mercosul. Um deles, o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços, tem como objetivo efetivar o Tratado de Assunção, pelo qual os países-membros decidiram caminhar na direção da livre circulação de bens e serviços. O outro trata de normas ambientais comuns entre os Estados do bloco. Foram aprovados também acordos para a instalação, em Brasília, de sede permanente da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).



TRANSPARÊNCIA Projeto que irá facilitar a fiscalização da gestão pública foi aprovado pela CAS

Licenciamento ambiental será divulgado na Internet

Por unanimidade, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 119/2003, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que torna obrigatória a publicação na Internet de informações relativas ao licenciamento ambiental. A proposta poderá seguir diretamente para a Câmara, caso não seja apresentado recurso para votação da matéria em Plenário.

Para Mercadante, seu projeto

dará maior transparência aos relatórios de impacto ambiental, que, além de publicados no *Diário Oficial*, poderão ser obtidos pela Internet.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) apresentou relatório favorável à matéria. Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Fátima Cleide (PT-RO) congratularam-se com Mercadante pela aprovação da proposta. O texto foi aprovado com emendas de Luiz Otávio (PMDB-PA)

quando a matéria tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAS aprovou ainda parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 50/2003, que amplia o número de casos de isenção aos quais se aplica a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis. O relator, Efraim Morais (PFL-PB), modificou o texto original, retirando a obrigatoriedade de que os veículos fossem movidos a álcool.

Eduardo destaca avanço do Tocantins

No momento em que o país observa índices que apontam para a recessão e o aumento do desemprego, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) chamou a atenção dos senadores para pesquisa divulgada pela revista *Exame* que aponta o Tocantins como o estado que mais cresceu nos últimos anos. Com base nesses dados, Eduardo sugeriu ontem, em Plenário, que o presidente Lula observe as iniciativas governamentais do seu estado como exemplo para o resto do país.

– Conclamo a nação para voltar seus olhos ao Tocantins. Vou levar a bandeira do estado ao presidente Lula, porque lá estão o crescimento e a esperança do desenvolvimento – declarou Eduardo Siqueira Campos.



Eduardo: estado é exemplo a ser seguido pelo país

Bezerra homenageia político do RN

Fernando Bezerra (PTB-RN) homenageou ontem o centenário de nascimento do político do Rio Grande do Norte Theodorico Bezerra, que ficou conhecido como "Imperador do Sertão". Segundo o



Bezerra lembrou trajetória do homenageado

senador, Theodorico já era grande empresário ao entrar para a política com a redemocratização do Brasil, em 1945, quando foi um dos fundadores do PSD. Foi eleito deputado estadual, em 1947, e, em seguida, deputado federal por três mandatos sucessivos.

Em 1962, Theodorico foi eleito vice-governador do Rio Grande do Norte e exercia o cargo quando foi publicado o Ato Institucional que extinguiu os partidos, inclusive o PSD. Ele optou pela Arena e foi eleito novamente deputado federal.

Bezerra, sobrinho do ex-deputado, relatou que o homenageado exerceu mais dois mandatos de deputado estadual.

Agenda



Plenário inicia atividades às 14h30

A sessão de hoje, prevista para começar às 14h30, e a de amanhã, às 9h, são dedicadas a comunicados da Mesa e pronunciamentos de parlamentares, não havendo votação de matérias. O leitor pode acompanhar os trabalhos ao vivo por meio da TV ou da Rádio Senado.

CPI do Banestado ouve investigadores das contas CC-5

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado realiza reunião hoje, às 10h, para ouvir

Carlos Fernando dos Santos Lima, Rodrigo Ramos da Silva, Robson Martins e João Francisco

Bezerra de Carvalho, da força-tarefa que investiga a evasão de divisas pelas contas CC-5.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

DESARMAMENTO

Projeto foi saudado pelos senadores como resposta às preocupações da sociedade e passo importante para a redução da criminalidade, em especial dos homicídios por motivos fúteis

Senado aprova proibição do porte de arma

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que proíbe o porte de armas, exceto para os membros das Forças Armadas, polícias civil, militar e federal, guardas municipais de cidades com população superior a 250 mil habitantes e inferior a 500 mil habitantes e, quando em serviço, para guardas penitenciários e empresas de segurança.

Fica permitida, porém, a posse de arma de fogo no domicílio para cidadão comum, se regularmente adquirida e registrada no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) do Ministério da Justiça e atendidas várias exigências. Nesse caso, a arma não poderá deixar a residência do proprietário em nenhuma hipótese.

O projeto determina a realização, em outubro de 2005, de referendo popular que decidirá sobre a proibição total da compra e venda de armas de fogo e munição, exceto para os órgãos de segurança. A fabricação será permitida apenas para exportação e para fornecimento às instituições de segurança oficiais e empresas especializadas e legalizadas.

O relator, César Borges (PFL-BA), acolheu duas emendas. Uma, de autoria de Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), estabelece que as armas de colecionadores não terão dispositivo de disparo. A outra, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), obriga as empresas de ônibus interestaduais a usar detectores de metais nas rodovi-



RESTRIÇÃO Plenário acolhe proposta que limita o uso de armas de fogo no país

árias e nos veículos.

Os proprietários de armas de fogo de uso restrito ou proibido deverão fazer, no Comando do Exército, o cadastro como atiradores, colecionadores ou caçadores.

As penas previstas pelo

projeto são as seguintes:

a) Possuir ou manter arma, munição ou acessório sem autorização legal; permitir que menor de 18 anos manuseie armas; fabricar ou portar brinquedos ou simulacros que possam ser confundidos

com arma de fogo; e deixar de comunicar furto ou roubo de arma de fogo regularizada – um a três anos de prisão e multa.

b) Portar, deter, fabricar, comprar e vender, alugar, expor à venda, emprestar ou tomar emprestado,

manter sob guarda ou ocultar arma de fogo de maneira ilegal – prisão de dois a quatro anos e multa. Nesses dois casos, os crimes são inafiançáveis.

c) Portar, possuir, fabricar, comprar e vender, transportar, emprestar ou tomar emprestada arma de fogo, equipamento de recarga ou munição de uso restrito – prisão de três a seis anos e multa. Aplica-se a mesma pena a quem modificar armas de fogo, possuir, fabricar ou portar artefato explosivo ou incendiário, adulterar ou raspar número de identificação de arma.

d) Importar, exportar ou favorecer a saída ou entrada no país de armas de fogo sem autorização legal – quatro a oito anos de prisão e multa.

RENAN CALHEIROS



Crime por motivo fútil tende a desaparecer

Autor de projeto sobre o assunto, o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), defendeu a proposta que restringe o porte e a comercialização de armas de fogo. Acrescentou estar ciente de que a nova lei não vai eliminar a criminalidade, mas é o "primeiro grande passo".

Renan, que propunha a proibição total da venda de armas de fogo, elogiou o consenso em torno do substitutivo elaborado pela comissão mista.

– Em 83% dos casos, os crimes acontecem por motivos fúteis. Sem a arma de fogo, esse crime desaparecerá – salientou.

HÉLIO COSTA

Este é o primeiro passo para desarmar o Brasil

Hélio Costa (PMDB-MG) conclamou o Congresso a aprovar o Estatuto do Desarmamento e observou que o texto prevê a realização de referendo popular sobre o assunto. "Trata-se do primeiro passo para desarmar o Brasil, onde 50 mil pessoas são assassinadas por arma de fogo todos os anos", afirmou.

Hélio Costa frisou que o porte de arma não protege o cidadão, pois o bandido sabe manejar melhor as armas. Em apertes, apoiaram essa manifestação Roberto Saturnino (PT-RJ) e Ney Suassuna (PMDB-PB).



MERCADANTE



Governo federal quer ser parceiro contra o crime

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), louvou a iniciativa dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, de formar uma comissão mista, que obteve o "mérito inquestionável" de transformar dezenas de projetos em tramitação em pequeno número de propostas integradas que incluem o Estatuto do Desarmamento.

Mercadante afirmou que a segurança pública é missão e responsabilidade dos estados, mas o governo federal quer ser parceiro em todas as etapas do combate ao crime.

TASSO JEREISSATI

Senado dá resposta a anseio da população

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, a votação do Estatuto do Desarmamento é uma resposta "às reclamações da população, que aponta a segurança como segundo maior problema do país, depois do desemprego".

– Esta pode não ser a lei que acabará com a banditagem, mas com certeza vai reduzir em muito os homicídios originados de brigas comuns, homicídios por motivos fúteis – disse Jereissati, elogiando o trabalho do relator, César Borges (PFL-BA).



ROMEU TUMA



Contrabando precisa ser combatido

Na discussão das propostas sobre porte e comércio de armas, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou apoio ao relatório do senador César Borges. Ele pediu, entretanto, mais repressão ao contrabando, pois, caso contrário, as forças policiais não conseguirão acompanhar o poder de fogo da criminalidade.

– O contrabando de armas é o maior perigo para o Brasil, porque não está sendo coibido. Apelo para que as autoridades cobrem o cumprimento de acordos internacionais nesse sentido – afirmou Tuma.

LUIZ OTÁVIO

Rio de Janeiro deveria ser território federal

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) aplaudiu o Estatuto do Desarmamento e insistiu que o Senado vote sua proposta de realização de plebiscito no Rio de Janeiro, quando a população decidiria sobre a transformação da área da cidade em território federal. Com isso, o governo federal assumiria inclusive a segurança da cidade.

– Minha proposta seria importante para reduzir a criminalidade no Rio. Lá, até policial tem de se disfarçar de civil, pois, se for identificado como policial por bandidos, pode ser assassinado – declarou.



José Cruz

José Cruz

Genildo Magalhães

José Cruz

Genildo Magalhães

José Cruz

DESARMAMENTO

A proibição do porte de armas de fogo será agora votada pela Câmara. Em Plenário, senadores destacaram que outras medidas também são necessárias contra a violência

Projeto reuniu o melhor de 78 propostas

O projeto de lei que proíbe o porte de armas, aprovado pelo Senado, vai agora à Câmara dos Deputados. O texto é fruto de consenso obtido na comissão especial mista criada pelos presidentes José Sarney, do Senado, e João Paulo Cunha, da Câmara dos Deputados, para consolidar e selecionar o que de melhor havia em 78 projetos de lei que tramitavam nas duas Casas. Eram 71 propostas na Câmara e sete no Senado.

O relator final foi o senador César Borges (PFL-BA), da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, que preparou o substitutivo aos projetos, obtendo também o consenso na comissão mista, onde o relator era o deputado Luiz Eduardo Green-

halgh (PT-SP) e o presidente, o senador Edison Lobão (PFL-MA). Foram ouvidos vários especialistas em audiências públicas realizadas nas duas comissões para se chegar a um consenso.

– Nosso objetivo foi apresentar uma nova lei, revogando a atual legislação do Sistema Nacional de Armas do Ministério da Justiça, incluindo o que de melhor havia nas várias propostas, em um texto elaborado por mim e pelo relator da comissão mista, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh – disse César Borges.

O senador, em seu discurso no Plenário, lembrou que a taxa de assassinatos no Brasil aumentou 37% entre 1992 e 1999. Com base em rela-



VIOLÊNCIA César Borges lembrou que o índice de assassinatos no país aumentou 37% entre 1992 e 1999

tório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), César Borges mostrou que o índice de mortes por 100 mil habitantes saltou de 19,12 para 26,18 naquele período de sete anos, principalmente entre jovens abaixo de 24 anos de idade. Os estados com maior índice de homicídios são o Rio

de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo, com média entre 51 e 55 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

O senador também fez uma cronologia dos trabalhos da comissão mista e da Subcomissão Permanente de Segurança Pública do Senado.

– O projeto aprovado

defende uma tese que, acreditamos, é a melhor para o país. O foco da proibição deve se concentrar justamente na origem de todos os crimes cometidos pelo cidadão comum armado: o porte não institucional da arma de fogo – disse César Borges.

A posse, no entanto, fica permitida ao cidadão, desde que devidamente legalizada, e mantendo-se a arma exclusivamente no domicílio. O porte fica proibido.

César Borges destacou a atuação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que iniciou e acelerou o debate sobre o tema ao protestar contra a facilidade de aquisição de armas de fogo e o crescente número de assassinatos no país por motivos fúteis.

HELOÍSA HELENA



É preciso agora limitar a venda de bebida alcoólica

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou descrença quanto à possibilidade de redução da criminalidade "apenas com a proibição do porte ou da venda de armas". Para ela, é necessário também limitar a venda de bebidas alcoólicas.

Ela afirmou que, se os percentuais de crimes não caírem até o referendo sobre a comercialização de armas, irá rerepresentar projetos sobre restrição a bebidas alcoólicas.

JEFFERSON PÉRES



Número de homicídios não mudará muito

Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a proibição é importante do ponto de vista moral, mas não deverá diminuir significativamente o número de homicídios. Para ele, a maior parte das mortes é causada por bandidos e policiais, que continuarão a usar armas.

– Esse dia ficará marcado nos Anais como aquele em que fizemos a coisa certa pelo motivo errado.

A proibição do porte, disse o senador, tem valor emblemático ao mostrar que o Estado considera errado o cidadão usar arma para se defender nos espaços públicos.

GERSON CAMATA



Aprovação é apenas o primeiro passo

Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou apoio à proibição do porte de armas, mas ressaltou que é preciso mais fiscalização, seja com as Forças Armadas ou com a Polícia Federal. Ele sugeriu a criação de departamento específico para controlar o registro e a posse de armamentos.

Para Camata, o projeto é apenas um primeiro passo, que deve ser acompanhado de medidas como o leilão de navios e aeronaves apreendidas no transporte de armas contrabandeadas. Esse procedimento é feito com o narcotráfico.



MAGNO MALTA



Apreensão de armas deve ser incentivada

Magno Malta (PL-ES) qualificou o projeto que institui o Estatuto do Desarmamento como "da mais alta relevância para a sociedade brasileira".

O senador propôs aos governadores a criação de incentivo pela apreensão de armas de pequeno calibre. Isso ajudaria a combater a corrupção entre policiais que costumam revender esses armamentos, alimentando a rede de violência e criminalidade.

Para Magno Malta, solução para a crise na segurança não se esgota com a aprovação do Estatuto do Desarmamento.

ARTHUR VIRGÍLIO



Medida ajuda a estabelecer uma cultura de paz

Arthur Virgílio (PSDB-AM) considera que a aprovação do projeto coroa com êxito o período de convocação extraordinária do Congresso. Conforme disse, o projeto é passo importante no estabelecimento de uma cultura de paz e fraternidade.

Para Virgílio, a necessidade de diminuir a criminalidade venceu "o falso jogo de palavras" por meio do qual se dizia que o projeto desarmaria o cidadão e o exporia ainda mais à ação dos bandidos.

– O Estado é que tem de se aparelhar para proteger os brasileiros.



JUVÊNCIO



Texto final é a vitória da serenidade

Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) classificou como "vitória da serenidade" a forma final do Estatuto do Desarmamento. Na sua opinião, o projeto que abriu a discussão do tema no Senado, de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL), "assustou um pouco", uma vez que proibia o porte, comercialização e posse de armas de fogo.

Segundo Juvêncio, é errado dizer que venda de armas faz aumentar a criminalidade. O crime, disse, tem aumentado no país em contraposição à queda na comercialização legal de armamentos.

GARIBALDI ALVES

Senado e Câmara se uniram contra a violência

O trabalho conjunto realizado pela Câmara dos Deputados e Senado Federal na fusão das diversas propostas que visavam ao controle da venda e posse de armas de fogo foi destacado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

– Essa fusão é prova da capacidade do Poder Legislativo de efetivar a colaboração das duas Casas na hora de enfrentar problemas como a violência. Essa é a semente do que poderemos conseguir – ressaltou.



DESARMAMENTO

Ao mesmo tempo em que apontam argumentos favoráveis à proibição do porte de armas de fogo, senadores sugerem iniciativas para enfrentar a criminalidade

TIÃO VIANA



“O que mata no país é a arma clandestina”

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), declarou seu voto favorável ao projeto de Estatuto do Desarmamento, porque ele “ajuda a pacificar a sociedade”, mas disse não acreditar que a proibição do porte de armas irá reduzir a criminalidade.

– O que mata no país é a arma clandestina. O problema da criminalidade só se resolverá com repressão ao tráfico de armas e com programas de inclusão social.

MARCO MACIEL

Referendo só para casos significativos

Observando que é um defensor das medidas que ampliem a participação popular nas decisões políticas, Marco Maciel (PFL-PE) questionou a utilização de referendo em 2005 para que a sociedade opine sobre a proibição ou não do comércio de armas.

Para o senador, necessita-se de fatos relevantes e significativos para esse tipo de consulta, que na história republicana só foi utilizado duas vezes.



JOSÉ AGRIPINO



Um passo a mais no combate à criminalidade

A aprovação do Estatuto do Desarmamento é importante, mas representa apenas um passo a mais no combate à criminalidade. Essa análise partiu do líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), que também considera fundamental reformular dispositivos do Código de Processo Penal.

O senador reivindicou a revisão do número de recursos passíveis de serem apresentados, para apressar a aplicação da pena.

ACM

Forças Armadas para combater crime organizado

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) expressou seu apoio total à proibição do porte de armas pelo cidadão comum, mas considerou a medida insuficiente para conter a criminalidade, e voltou a invocar o envolvimento das Forças Armadas no combate ao crime organizado.

Ele também advertiu para a necessidade de se manter a ordem democrática, que poderia ser ameaçada por atos de guerrilha urbana e rural.



SÉRGIO ZAMBIASI



Conscientização sobre os riscos das armas

“Nossas fronteiras vão ser palco do turismo bélico”, alertou Sérgio Zambiasi (PTB-RS), denunciando a existência de contrabando de armas nas fronteiras com o Paraguai e o Uruguai. Nesses países, afirmou, as armas de fogo são vendidas sem nenhuma restrição.

Apesar disso, o senador se disse favorável ao Estatuto do Desarmamento, que, segundo ele, conscientizará a população sobre os riscos das armas.

NEY SUASSUNA

Um exemplo oferecido pela Paraíba

Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a participação das Forças Armadas no cumprimento da lei que proíbe o comércio, a posse e o porte de armas de fogo. Autor de nove projetos antiviolência, Suassuna justificou a ação das Forças Armadas “pelo menos para uma quarentena no desarmamento”.

Em uma cidade da Paraíba, observou, os carros são revistados na entrada do município, o que diminuiu o porte de armas.



ALMEIDA LIMA



Investimentos em educação e na família

Almeida Lima (PDT-SE) defendeu o Estatuto do Desarmamento como importante na criação de um ambiente de tranquilidade, mas incapaz de resolver todos os males.

Para enfrentar a violência, o senador sugeriu investimentos em educação; na proteção à criança e ao adolescente; no policiamento e investigação de crimes; e no sistema prisional, além de um esforço para reestruturação da família.

DEMOSTENES TORRES

Arma não garante defesa ao cidadão

Sendo um tema polêmico, o porte de armas jamais poderia gerar o consenso em torno de um projeto. Por isso, a proposta votada pelo Senado é a possível, no momento, afirma Demostenes Torres (PFL-GO).

Para o senador, está provado que, mesmo armado, o cidadão não tem condições de se defender sozinho de criminosos. Nos casos de grave ameaça à vida, o projeto prevê o porte temporário.



AUGUSTO BOTELHO



Preocupação com quem vive na selva

Augusto Botelho (PDT-RR) manifestou preocupação com o que poderá ocorrer com as pessoas que moram em plena selva amazônica, isoladas e sem dinheiro para ir à capital do estado para registrar suas armas.

– Eles têm armas quase apenas para se defender de onças e cobras. Não têm dinheiro para ir à capital do estado, único local onde há delegacia da Polícia Federal, à qual caberá o registro de armas.

SÉRGIO CABRAL

Mais consultas sobre temas polêmicos

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) sugeriu que o Congresso faça consultas populares toda vez que estiver discutindo um assunto polêmico. Ele ponderou que, nos países mais desenvolvidos, em praticamente todas as eleições há consultas sobre outros assuntos.

– Podemos também perguntar aos brasileiros sobre voto obrigatório, serviço militar, aborto e tantas outras questões importantes para o país.



DUCIOMAR COSTA



Dificuldade para morador da zona rural

A situação dos moradores das zonas rurais preocupa Duciomar Costa (PTB-PA).

– Sair do interior do Pará em direção à capital é uma verdadeira aventura. É difícil restringir o porte de armas nessas localidades – frisou.

O senador entende que a proposta para proibir o porte de armas não é a ideal, mas observou que “se uma lei diminuir a violência, merece aplausos”.



MOZARILDO

Atenção para fronteiras e contrabandos

Embora tenha dúvidas quanto à eficácia da proposta de proibição do porte de armas de fogo, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que ela “é uma sinalização que se dá, é o trabalho que foi possível fazer”.

– Se não é um remédio para curar, é um remédio para aliviar – afirmou. Ele defendeu maior repressão ao contrabando de armas, a proteção das fronteiras e o investimento nas corporações policiais.



DESARMAMENTO

Senadores elogiam trabalho dos parlamentares que elaboraram o estatuto, considerado uma das propostas mais importantes dos últimos tempos no Congresso Nacional

ALBERTO SILVA



Roosevelt Pinheiro

Crime deve ter pena dura sem ser inafiançável

Alberto Silva (PMDB-PI) lamentou o fato de o Estatuto do Desarmamento considerar o porte ilegal de armas crime inafiançável.

– Vamos abrandar essa palavra, aceitando que se estabeleçam punições duras para os transgressores, mas resguardando o direito a julgamento prévio – apelou.

Apesar dessa ressalva, ele afirmou que é “eficaz e oportuna” a aprovação do estatuto.

EDUARDO SUPLYCY

Elaboração do estatuto merece elogio

Eduardo Suplicy (PT-SP) enalteceu o trabalho dos parlamentares que participaram da elaboração do Estatuto do Desarmamento.

Suplicy lamentou, por outro lado, a morte do repórter-fotográfico a serviço da revista *Época* Luiz Antônio da Costa, de 36 anos, baleado ontem à tarde durante reportagem no terreno da Volkswagen invadido pelos sem-teto em São Bernardo do Campo (SP).



Roosevelt Pinheiro

SERYS



Roosevelt Pinheiro

Realidade da violência é muito complexa

Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou que só com leis, reforço policial, treinamento e armamento não se mudará a realidade da violência.

– A questão é muito mais complexa, é de ordem social, de empregos, de habitação, de educação, de saúde – salientou.

Serys elogiou o trabalho da Subcomissão de Segurança, mas observou que, “infelizmente, é preciso um esforço muito maior de toda a sociedade”.

ROMERO JUCÁ

Resultados já podem aparecer em três anos

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou o relatório do senador César Borges e destacou dois pontos que considera realmente capazes de modificar a realidade: a possibilidade de entrega de arma às autoridades mediante indenização e a exigência de detector de metais em evento público com mais de mil pessoas.

– Em três anos, mais ou menos, já poderemos sentir os efeitos do que está sendo proposto – previu.



José Cruz

MARCELO CRIVELLA



Roosevelt Pinheiro

Uma das leis mais importantes dos últimos tempos

O assassinato de um professor por causa de acidente de trânsito no Rio de Janeiro foi descrito pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ) como argumento em favor do Estatuto do Desarmamento. Para ele, a violência é fruto da injustiça e da sensação de insegurança num país com policiamento falho.

– Vivemos um dia de glória. Esta é uma das leis mais importantes dos últimos tempos – afirmou.

VALADARES

Passageiros necessitam de proteção

Durante o debate sobre o Estatuto do Desarmamento, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu proteção específica aos passageiros de transportes coletivos.

Por considerar que o projeto do estatuto é vago nesse campo, ele pediu que os termos de projeto de lei (PLS nº 100) de sua autoria fossem incorporados à proposta em votação. Seu pedido acabou sendo atendido, por meio de destaque.



Roosevelt Pinheiro

Aprovado auxílio para quem deixa hospital psiquiátrico

Senado acolhe um dos primeiros projetos encaminhados por Lula

O Plenário aprovou ontem projeto do governo (PLC 51/2003) que cria o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes com transtornos mentais depois que tiverem alta de hospitais ou clínicas psiquiátricas. Trata-se de um dos primeiros projetos que

o presidente Lula enviou ao Congresso e que leva o nome “De volta para casa”. A idéia é permitir que o doente se reintegre à família e à sociedade, recebendo ao mesmo tempo acompanhamento médico e psicológico fora da unidade hospitalar.

O auxílio, de R\$ 240, será pago todo mês diretamente ao ex-interno ou a seu representante legal. Só terão direito ao benefício pessoas com transtornos mentais que tenham ficado internadas por no mínimo dois anos



José Cruz

BENEFÍCIO Mão Santa prevê atendimento de 2 mil pessoas este ano

e recebam alta médica e psicológica. Este ano, se-

gundo o relator, Mão Santa (PMDB-PI), devem ser atendidas 2 mil pessoas.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o programa humaniza o tratamento das pessoas com transtornos mentais e significa “o rompimento com formas atrasadas e agressivas”. Aplaudiram o projeto os senadores Tião Viana (PT-AC), Heloísa Helena (PT-AL), Hélio Costa (PMDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR). A proposta vai agora à sanção do presidente da República.

Projeto da agricultura orgânica vai à Câmara

O Senado aprovou ontem a redação final, em turno suplementar, do texto substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais ao projeto de lei da Câmara (PLC nº14/2002) que estabelece normas

para a agricultura orgânica. Essa segunda votação foi necessária porque o projeto recebeu substitutivo no Senado, apresentado pelo relator, senador Aelton de Freitas (PL-MG).

O projeto, que voltará ao exame dos deputados, permite que os produtos orgânicos sejam certificados e rotulados, estabelecendo que a lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Preso terá atestado de pena a cumprir

Os senadores aprovaram ontem o Projeto de Lei da Câmara 45/2003, que altera dois artigos da Lei de Execução Penal para tornar um direito do preso a emissão anual de atestado de pena a cumprir. A matéria recebeu parecer favorável do senador Demostenes Torres (PFL-GO) na Subcomissão Permanente de Segurança Pública e, após ser votada no Senado, segue para sanção presidencial.

A emissão desse atestado será de responsabilidade do juiz da execução e tem o propósito de impedir que detentos que já cumpriram a pena imposta continuem presos, uma situação injusta e que concorre para a superlotação das penitenciárias, conforme assinalou o autor do projeto, deputado federal Ricardo Bar-

ros. Já Demostenes acredita que a transformação do projeto em lei “salvaguardará a eficácia dos direitos e garantias fundamentais” previstos na Constituição.

Segurança máxima
Na mesma sessão, foi aprovado o Projeto de Lei da Câmara 12/2003, que introduz mudanças na Lei de Execução Penal, criando o regime disciplinar diferenciado, e no Código de Processo Penal, modificando as regras de interrogatório do acusado. Relator da proposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou parecer acolhendo 18 emendas de senadores, fato que obriga seu reexame pela Câmara dos Deputados.

Virgílio lamenta agressão a servidores

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), acusou o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, de ter sido "complacente" no episódio do protesto de servidores públicos ocorrido nas dependências do Congresso e que resultou na agressão de grevistas pelo pelotão de choque da Polícia Militar do Distrito Federal.



Virgílio criticou o presidente da Câmara

que o deputado João Paulo e outras lideranças do PT se comportaram diante do triste episódio, porque fingiam que nada estava acontecendo enquanto lá fora os grevistas apanhavam da polícia – protestou. Virgílio disse que os policiais retiraram suas identificações para não serem reconhecidos.

O senador também lamentou que o presidente da Câmara

não tenha tomado providências para garantir o direito de ir e vir dos parlamentares que estavam dialogando com os grevistas. Segundo relatou, policiais chegaram a impedir a circulação de senadores e deputados nas dependências da Casa, causando constrangimento a todos.

Virgílio lembrou que na democracia plena é garantida a livre manifestação. Por isso, estranhou o episódio, "justamente no governo do PT, que se diz defensor da greve e das liberdades individuais".

– Denuncio a fraqueza com



EXCESSOS Tião Viana, Heloísa Helena e Aloizio Mercadante manifestaram preocupação com a violência no Congresso



Tião Viana defende medidas para garantir ação parlamentar

Em referência às manifestações de servidores nas imediações do Congresso Nacional contra a reforma da Previdência, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), manifestou solidariedade às pessoas que tenham sido "vítimas de excessos", mas condenou manifestações desrespeitosas. Ele defendeu a liberdade de expressão, mas pediu que o Congresso adote medidas preventivas para que os parlamentares possam exercer suas prerrogativas e o Parlamento possa se afirmar com li-

berdade.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), defendendo a livre manifestação, solicitou ao presidente do Senado, José Sarney, a investigação do que efetivamente aconteceu contra os servidores, para identificar excessos.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a necessidade de compatibilizar a liberdade de expressão das pessoas e a livre atuação dos parlamentares. Ele lamentou as agressões.

Jefferson e Suplicy alertam para gravidade do incidente

Pela liderança do PDT, o senador Jefferson Péres (AM) registrou concordar com as críticas feitas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) à maneira como a direção da Câmara lidou com as manifestações dos servidores contrários à reforma da Previdência. Ele considerou graves os fatos que presenciou.



Jefferson concorda com críticas de Virgílio

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que ele já alertara para o risco de conceder poder de polícia à Segurança do Senado.

– Espero que o problema de hoje sirva de aviso de como é arriscado permitir que as pessoas portem armas nos ambientes do Congresso.

Para Agripino, diálogo evitaria o confronto

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), acusou o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, de omissão no incidente ocorrido entre servidores públicos e policiais militares que resultou na agressão a grevistas nas dependências daquela Casa.

Segundo ele, o confronto poderia ser evitado caso João Paulo tivesse recebido comitiva dos representantes dos grevistas, que foram impedidos de ingressar na Câmara.

– Com tanto tempo de Parlamento, nunca presenciou uma situação tão tensa – observou Agripino, ao cobrar do corredor da Câmara, Luiz Piauhyllino (PSDB-PE), a apuração do incidente, "para que a omissão não perdure mais no Congresso".

Para Agripino, "fato grave como esse" deve ser totalmente esclarecido.

– Se tais cenas de brutalidade ocorreram no atual estágio de exame das reformas, o que poderá acontecer quando as mudanças propostas pelo governo forem examinadas pelos Plenários do Senado e da Câmara? – alertou.

Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra as agressões a servidores públicos, afirmando "que nem na ditadura foi registrado um incidente como esse na Casa".



José Agripino aponta omissão no caso



ENCONTRO José Sarney e líderes partidários discutiram ontem as reformas com José Dirceu (E), ministro da Casa Civil

Sarney quer mais participação na reforma tributária

■ Para o presidente do Senado, o tema é de competência da Casa, que é "a Federação reunida"

O senador José Sarney disse ontem que sua expectativa é que, na reforma tributária, o Senado tenha "uma participação bem maior" do que a verificada na reforma da Previdência. A afirmação foi feita após café da manhã, na residência oficial da Presidência do Senado, com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e os líderes dos partidos que apóiam o governo.

– A reforma tributária diz respeito essencialmente ao Senado, ao qual cabe harmonizar os conflitos que ocorrem na Federação. Nosso desejo é participar

ativamente da reforma tributária, assunto que está na competência do Senado, que é a Federação reunida, sendo os estados os principais interessados no assunto. Esperamos ter uma participação bem maior do que a que tivemos na reforma da Previdência.

Segundo Sarney, durante o encontro, José Dirceu teve a oportunidade de fazer longa exposição na qual relatou as dificuldades do país, a "herança que recebeu e a hipoteca que o governo tem que resgatar". Dirceu também fez apelo à coesão e compreensão "em face do pouco tempo que o governo tem para enfrentar problemas tão graves".

O café da manhã reuniu 42 senadores do bloco de apoio ao governo e serviu para avaliação do momento político, das reformas e dos investimentos públicos.

Comitiva de prefeitos busca apoio do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, comitiva de prefeitos de todo o país, acompanhada pelo deputado Sarney Filho, da Frente Parlamentar Municipalista. Ele assegurou seu apoio às reivindicações que lhe foram apresentadas, de buscar soluções para dificuldades enfrentadas pelos municípios.

Sarney disse ter levado ao chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, com quem se reuniu pela manhã, a proposta de estudar a inclusão das prefeituras na divisão dos recursos da Contribuição sobre Inter-

venção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre os combustíveis, e insistiu para que os prefeitos iniciem mobilização das lideranças municipais para apoiar as propostas de seu interesse junto ao Congresso e ao governo federal.

O senador afirmou que, apesar das dificuldades do país, com taxas de crescimento econômico baixas, é preciso reconhecer que as prefeituras têm custos fixos que não podem ser cortados, como os da merenda escolar, por exemplo, o que não poderá deixar de ser levado em conta na reforma tributária.

Fonteles apóia adoção de súmula vinculante do STF

Procurador-geral da República afirma ser contra extensão do instituto aos outros tribunais superiores

As principais mudanças que estão sendo discutidas pelo Senado no âmbito da reforma do Judiciário obtiveram, ontem, apoio do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, durante audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em resposta ao relator, senador José Jorge (PFL-PE), ele defendeu a adoção da súmula vinculante para decisões proferidas pelo Supre-

mo Tribunal Federal (STF), sem estender esse instituto aos demais tribunais superiores.

Fonteles discordou da expressão “controle externo do Judiciário”, porém se manifestou a favor de um conselho nacional, com representantes dos três Poderes e de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo explicou, em resposta a Edison Lobão (PFL-MA), presidente da CCJ, esse conselho teria, entre suas competências, atribuição de examinar o caso de juízes que, por falta de conhecimento jurídico, acabam tendo suas sentenças reformadas, freqüentemente, por tribunais. O procurador apóia a federalização

dos crimes contra os direitos humanos e se manifestou contra a sentença auto-executável.

Contrário à pressa na votação da matéria, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) perguntou se ele concordava com a partição da reforma. Fonteles disse que discorda dos que defendem o “esquartejamento” da proposta, mas apóia a divisão em blocos das mudanças que devem ser feitas na parte infraconstitucional, que envolvem os Códigos Penal e Civil.

José Jorge explicou que, pelo Regimento, o Senado deve apreciar parecer único sobre os dois textos – a proposta da Câmara e o parecer do então senador Bernardo Cabral.



MUDANÇAS Senadores da Comissão de Justiça discutiram com procurador-geral da República principais pontos da reforma

Sugerida lista tríplice na escolha de titular do MP

A mudança no atual processo de escolha do procurador-geral da República, com a indicação pelos próprios procuradores de nomes para uma lista tríplice a ser submetida à escolha presidencial e à análise do Senado, foi sugerida ontem pelo titular do Ministério Público da União, Cláudio Fonteles, durante a audiência que debateu a proposta de reforma do Judiciário.

– Esse é um ponto vital a ser incluído na reforma – ressaltou.

Conforme a proposta de Fonteles, a indicação dos nomes para ocupar o cargo de procurador-geral deve seguir o mesmo trâmite já observado nos Ministérios Públicos estaduais, em que os procuradores votam os nomes que serão submetidos à escolha do governador, com a previsão de que possam ser reconduzidos ao cargo por uma única vez. Atualmente,

o procurador-geral da República é indicado pelo presidente da República, sendo sabatinado e aprovado pelos senadores.

Ele disse aos parlamentares que estava disposto a enviar uma carta ao presidente da República desistindo da sua indicação, se o seu nome não estivesse entre os mais votados pela entidade que congrega os procuradores. E relatou que, quando foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a associação dos procuradores ainda não havia finalizado a apuração dos votos, dentro de um processo de consulta informal aos integrantes da entidade.

Fonteles sugeriu que o procurador-geral da República seja reconduzido uma única vez. “Alternância é muito boa e útil ao Ministério Público”, afirmou.



RIGOR Fonteles, ao lado de Lobão e José Jorge, apóia federalização de crimes contra direitos humanos

Promotores relatam abuso contra menores

A comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes ouviu ontem, em reunião secreta, três promotores e um delegado do Rio de Janeiro. Eles relataram aos parlamentares o conteúdo de levantamento produzido pelo Ministério Público fluminense, segundo o qual o Rio de Janeiro foi dividido por quadrilhas constituídas de policiais, empresários e taxistas que exploram sexualmente meninos e meninas.

A presidente da comissão,



DENÚNCIA Integrantes da CPI da Exploração Sexual ouviram depoimentos de três promotores e um delegado do Rio de Janeiro

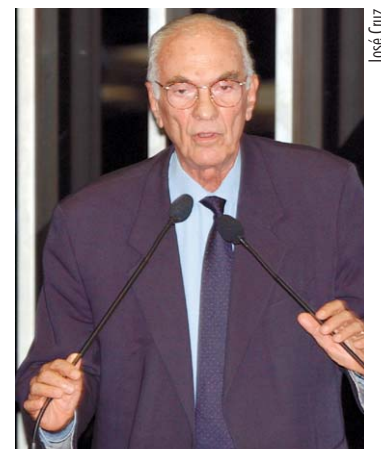
senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), afirmou que a situação do Rio é extremamente grave e preocupante. Ela disse que crianças vêm sendo oferecidas ao preço de R\$ 1,99 por programa

na Zona Oeste da cidade. Estiveram presentes na reunião os promotores João Magno Reis Vidal, Hedel Nara Júnior e Márcio Almeida, e o delegado Marcelo Bertolucci.

Saturnino recorda chacina da Candelária

O Brasil deve aproveitar as “trágicas experiências do passado” para evitar ocorrências semelhantes no futuro, recomendou ontem o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), ao registrar em Plenário os dez anos da chacina da Candelária, quando foram assassinados oito adolescentes e crianças que dormiam nas escadarias da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro.

Ele lamentou que desde aquela data – 23/7/93 – até hoje pouca coisa tenha sido alterada no cenário da violência con-



TRISTE DATA Roberto Saturnino lembrou os dez anos do episódio que comoveu o país

tra os meninos de rua, mas manifestou sua esperança de que o momento atual, do novo governo, represente modificação desses rumos.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Rodolpho Tourinho, Jefferson Péres e Luiz Otávio